

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Agência de notícias da indústria



Economia nacional ficou na vice-lanterna do Brics

Brasil é o sétimo em ranking de crescimento econômico

Com o avanço de 3,4% do PIB – divulgado, nessa sexta-feira (7), pelo IBGE – o Brasil passou a ocupar a sétima posição no ranking de crescimento econômico de 40 países em 2024, aponta pesquisa elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne as 38 nações com as economias mais avançadas do mundo.

Liderança

Lidera o ranking de crescimento da OCDE, a Índia, dona da maior população do planeta, com mais de 1,4 bilhão de habitantes e uma expansão de 6,7% de sua economia, seguida da China e Indonésia (ambos com alta de 5%. Nas Américas, a ponta é da Costa Rica, que subiu 4,3%.

Embora supere a média dos países da OCDE, da União Europeia e do Grupo dos 7 (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido), a arrancada tupiniquim ficou na penúltima colocação ante seus pares do Brics (grupo de nações emergentes, formado por Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), ficando à frente, apenas desta última.

De fora

Mesmo contemplado com a pesquisa internacional, o Brasil ainda não é membro da OCDE – assim como China, Índia, Indonésia, Arábia Saudita e África do Sul – que lista dados sobre o crescimento do PIB de 39 países. Na 11ª posição, os EUA cresceram 2,8%.

Vosmar Rosa - MPOR



Queda externa de commodities pesou no déficit comercial

Balança comercial tem déficit de US\$ 323,7 mi em fevereiro

Pressionada pela queda de preço de diversas commodities (produtos primários cotados internacionalmente), assim como pela importação concentrada de plataformas de petróleo, a balança comercial do país apresentou déficit de US\$ 323,7 milhões em fevereiro último. Ainda assim, o acumulado do ano é um

superávit de 1,934 bilhão. Trata-se do primeiro saldo negativo do indicador (menos exportações que importações), desde janeiro de 2022, quando este chegou a -US\$ 59,1 milhões.

Levando em conta, especificamente, o mês e fevereiro, este é o pior resultado desde o início da série histórica, em 1989.

'Ressentimento'

No detalhamento do estudo, as exportações se 'ressentiram' da queda no preço internacional de commodities de grande peso na pauta brasileira, como o ferro, do petróleo, da soja, e do açúcar. Em contraponto, subiram os preços do café, celulose e carne bovina.

Fatura de Carnaval

Uma alta de 13,1%. É o que faturou o comércio brasileiro no Carnaval 2025, em comparação com igual período do ano passado, indica o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). O percentual se refere a vendas no período de 28 de fevereiro a 5 de março deste ano.

Aquisição

Com a aquisição de uma plataforma de petróleo, as importações no mês passado somaram no valor de US\$ 2,675 bilhões, bem acima dos US\$ 16,39 milhões, em fevereiro de 2024. No rol importador estão compras de motores e de veículos, ante à maior demanda interna.

Hiper

A maior alta foi do setor de supermercados e hipermercados, que cresceu 25,9%, seguido de longe pelos de turismo e transporte (+3,5%) e alimentação em bares e restaurantes (+3%), devido ao calendário, pois a festa ocorreu no início do mês. Recreação e lazer caiu 0,6%.

Comitê Gestor põe em risco princípio federalista nacional

Órgão vai 'atropelar' Receita, alerta economista da Warren, Felipe Salto

Antônio Cruz - Agência Brasil

Por Marcello Sigwalt

O surgimento de um órgão 'todo-poderoso', mais temido que a própria Receita Federal, é uma das 'distorções' apontadas pelo economista-chefe da consultoria de investimentos Warren, e ex-secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto, caso seja aprovada uma parte da regulamentação da reforma tributária, ainda em tramitação no Congresso Nacional. "Isso tem risco grande de não certo", alerta. A advertência do ex-secretário remete à criação do futuro Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cuja finalidade é administrar esse novo tributo, em substituição aos atuais ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Sinal de que a polêmica em torno de sua concepção está longe de terminar, o mencionado Comitê Gestor do IBS ainda não foi oficialmente instituído nem criado, além de enfrentar um impasse no contexto do Parlamento federal.

Ao admitir ser esse o ponto central de sua preocupação,



Ainda não aprovado pelo Congresso, Comitê Gestor do IBS é risco à autonomia dos estados

e do setor produtivo, de modo geral, no âmbito da reforma, Salto explica que o "ICMS, principal imposto do Brasil em termos de importância e de valor, é hoje comandado pelos estados. Cada estado tem seu ICMS, arrecada, vende crédito, tem seus regimes, suas exceções, e existe o Confaz, que foi criado nos anos 1970 para resolver

conflitos, decidir sobre benefícios fiscais, incentivos e tudo mais. Só que essa lógica toda vai mudar, vai acabar".

Voltando novamente suas baterias na direção do novo órgão, o economista assinala que "esse comitê vai a todos governar. Ele vai ter 54 membros, vai exarar o regulamento do novo imposto, vai arrecadar,

vai partilhar o recurso com estados e municípios, vai devolver crédito para contribuinte, vai dirimir questões e autos de infração que podem ser do país todo. Ele [comitê] vai ser o todo-poderoso, na verdade. Para ser mais poderoso que algum estado da federação, basta escolher as cores da bandeira e o hino", ironiza.

Desigualdade de gênero permanece

Mesmo com avanço em legislações para equidade de gênero no trabalho, as mulheres ainda sofrem com menores remunerações e oportunidades para ocuparem cargos de liderança. Um boletim especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) aponta que, apesar das mulheres serem 43% do total de ocupados no País, na camada dos 10% de empregados que rece-

bem menos, elas são a maioria, 55%. Porém, entre os 10%, 1% e 0,1% mais bem pagos, as trabalhadoras têm menor representação: 34%, 22% e 11%, respectivamente.

As constatações do levantamento têm como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do 3º trimestre de 2024. Segundo o instituto,

o Brasil contava com 91,2 milhões de mulheres com 14 anos ou mais, das quais 48,1 milhões faziam parte da força de trabalho. Dessas, 44,4 milhões estavam ocupadas no período, e 3,7 milhões, desocupadas – o equivalente a uma taxa de 7,7%. O percentual fica acima do masculino (5,3%).

A presença feminina em cargos estratégicos continua abaixo da masculina por conta da persistência de barreiras es-

truturais e culturais, avalia a sócia do escritório Vernalha e Pereira, Angélica Petian. Segundo ela, as empresas precisam criar ambientes mais inclusivos, com a "implementação de programas de mentoria para mulheres, políticas de diversidade e canais de denúncia eficazes".

As trabalhadoras recebem, em média, 19,4% menos que os homens para mesmas funções, apontam dados do Ministério das Mulheres e do Trabalho.

CNI: desaceleração é preocupante

Pexels



Indústria observa perda de tração no ritmo da economia

Apesar de considerar positiva a alta de 3,4% do PIB em 2024, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) demonstra preocupação com a redução do ritmo de crescimento no último trimestre do ano em relação aos três meses anteriores. A avaliação consta em uma nota divulgada nesta sexta-feira (7).

O segmento industrial reconhece que os resultados alcançados em 2024 se devem a políticas voltadas para a reindustrialização, como a Nova Indústria Brasil (NIB) e as ações concretas de financiamento promovidas por entidades como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

A CNI pondera, no entanto, que é preciso ter atenção com o cenário esperado para este ano, sobretudo em meio

à política monetária contractionista adotada pelo Banco Central e às discussões sobre medidas protecionistas internacionais, especialmente as que foram anunciadas recentemente pelos Estados Unidos.

A entidade também reforça a importância de o governo

adotar medidas que contribuam para a racionalidade dos gastos públicos, além de um maior rigor nas ações de todos os Poderes públicos com relação a novas despesas.

"Precisamos buscar o equilíbrio fiscal, com atenção às despesas, uma vez que a car-

ga tributária já está no limite, principalmente para o setor industrial que é o mais sobrecarregado do país em relação a tributos. Nesse sentido, reiteramos a necessidade de um pacto nacional para dissipar expectativas negativas e imprimir ao país um novo ciclo de expansão inclusivo e duradouro", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Alban alerta ainda para a importância de o Congresso Nacional aprovar projetos legislativos focados na captação de investimentos para a infraestrutura brasileira, como a Lei do Licenciamento Ambiental, a Lei Geral de Concessões, a modernização do setor elétrico e a atualização do Lei do Bem, que concede incentivo fiscal para indústrias que investem em inovação tecnológica, mas condena a PEC que acaba com a chamada escala 6x1 e reduz a jornada de trabalho semanal.

Têxteis destacam 'desafios estruturais'

A Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX) avaliou com "otimismo" os resultados do PIB de 2024, embora entenda que ainda há "desafios estruturais" a serem superados, como a elevada carga tributária e complexidade do sistema regulatório.

Para a entidade, o varejo tracionou o resultado do ano passado, especialmente por meio do consumo das famílias, que se manteve em ex-

pansão ao longo do ano.

O diretor-executivo da entidade, Edmundo Lima, avalia que o desempenho foi favorecido pela maior oferta de crédito, pela recuperação gradual do mercado de trabalho e por estímulos econômicos que contribuíram para o fortalecimento da demanda interna.

A contribuição do varejo de moda, representado pela ABVTEX, não se resume ao volume de vendas, mas também à capa-

cidade de inovação do setor. "A digitalização, a diversificação dos canais de atendimento e a busca por uma experiência de compra aprimorada foram fatores determinantes para o crescimento sustentável do comércio", diz.

Além disso, a associação entende que o avanço nos investimentos, que cresceram 7,3% no ano, sinaliza a confiança do setor privado na economia brasileira e na evolução do ambiente de negócios. "Com

esforços conjuntos entre o setor público e privado, temos o potencial de impulsionar ainda mais o desenvolvimento econômico e social do Brasil", afirma Lima.

Apesar disso, Lima observa que há desafios estruturais do sistema econômico a serem superados: alta carga tributária; complexidade do sistema regulatório e necessidade de reformas que impulsionem a competitividade do varejo.